

Reflexões sobre o conceito de capacitismo no ambiente acadêmico

Reflections on the concept of ableism in the academic environment

DOI 10.5281/zenodo.14941784

Marco Antonio Gomes Teixeira da Silva¹

Mariana Mattos Manhães Machado²

Sergio Luis Cardoso³

179

Resumo: As barreiras arquitetônicas e sociais refletem a falta de informação que perpetua uma cultura de exclusão. Esse cenário também pode ser observado na educação superior, onde a ausência de conscientização agrava ainda mais a situação. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo investigar se, no ambiente acadêmico, os alunos compreendem e reconhecem o conceito de capacitismo. A metodologia adotada foi de caráter quantitativo com elementos qualitativos, utilizando um questionário *online* como instrumento de coleta de dados. O questionário foi enviado por grupos de redes sociais e *e-mails* para diferentes coordenações de programas universitários. O grupo amostral do estudo teve 154 participantes, representando as cinco regiões brasileiras. Das deduções bibliográficas, caracterizou-se que a relação capacitista muitas vezes é mantida e despercebida pelas pessoas, por não conhecerem o conceito, fazendo ocorrer atitudes preconceituosas entre elas. Apesar da quantidade de alunos com deficiência nas

¹ Bacharelado em Informática (Enf. Análise Sistema) pela Universidade Estácio de Sá (2007), graduação de Tecnólogo em Sistemas de Telecomunicações pelo Instituto Federal Fluminense (2014). Especialista em Sistemas e produção pelo Instituto Federal Fluminense (2009) e Especialista em Docência do Século XXI pelo Instituto Federal Fluminense (2016). Mestrado em Ciências Naturais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2019). Doutorando em Ciências Naturais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2021-2025), com pesquisa sobre as TDICs e suas aplicações no ensino-aprendizagem inclusivo de ciências: formação inicial e continuada de docentes

² Graduação em Química pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2016) e mestrado em Ciências Naturais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2019). Atualmente é doutoranda em Ciências Naturais, mediadora pedagógica (tutor) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e professor II da Escola Municipal Sagrada Família em Campos dos Goytacazes-RJ. Tem experiência na área de Química e educação inclusiva.

³ Bacharel em Química com Atribuições Tecnológicas pelo Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ (1986-1990) e diretamente após a graduação obteve o título de Doutor em Ciências na área Química Orgânica pelo Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991-1995) após realização da parte experimental de sua tese (doutorado sanduiche) no Center for the Earlier Events in Photosynthesis na Arizona State University, Arizona, EUA (1993-1994). Professor Associado I do Laboratório de Ciências Químicas (LCQUI) do Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) em Campos dos Goytacazes, RJ (desde 02/1997).

Recebido em 16/09/2024

Aprovado em: 25/02/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



universidades brasileiras estarem aumentando, nos dados coletados identificou-se uma baixa divulgação sobre o capacitismo. Concluiu-se, com este estudo, que é necessário compreender e divulgar os direitos humanos contra a discriminação no ambiente acadêmico, principalmente na formação do docente, pois, o dado coletado do valor percentual de debates sobre o conceito e ações capacitistas ainda é baixo no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Barreiras. Cultura de exclusão. Baixa divulgação.

Abstract: Architectural and social barriers reflect the lack of information that perpetuates a culture of exclusion. This scenario can also be observed in higher education, where the lack of awareness makes the situation even worse. In view of this, this study aims to investigate whether, in the academic environment, students understand and recognize the concept of ableism. The methodology adopted was quantitative with qualitative elements, using an online questionnaire as a data collection tool. The questionnaire was sent via social media groups and emails to different university program coordinators. The study sample had 154 participants, representing the five Brazilian regions. From the bibliographic deductions, it emerged that the ableist relationship is often maintained and unnoticed by people because they don't know the concept, leading to prejudiced attitudes among them. Although the number of students with disabilities in Brazilian universities is increasing, the data collected shows that there is little publicity about ableism. This study concluded that it is necessary to understand and disseminate human rights against discrimination in the academic environment, especially in teacher training, since the data collected on the percentage of debates on the concept and actions of ableism is still low in the academic environment.

Keywords: Barriers; Culture of exclusion; Little disclosure.

1 Considerações iniciais

Boaventura de Souza Santos (2019) enfatiza que uma escola de qualidade é aquela que investe em todos os seus alunos, vê na educação uma oportunidade para reverter os processos de desigualdade na participação social e promove a emancipação social.

O autor nos relata a necessidade de o campo educacional emancipatório desestabilizar o relacionamento de competição entre as culturas dominadas e marginalizadas. Para Santos (2019) deve-se criar dispositivos que facilitem a comunicação para acabar com a opressão e silenciamento, das quais as culturas menores são sujeitas e, com elas, os grupos sociais que são seus titulares.

Também corrobora o educador José Pacheco (2012, p. 33), ao definir que “é preciso (e urgente!) agir no nível das práticas pedagógicas, das estruturas e organização das escolas” e, dessa forma, reconfigurar a diferença, pois cada pessoa é irrepetível. Apesar do alerta dos educadores portugueses, há autores que apontam que os espaços educacionais atuais ainda são “excludentes” e “seletivos” (Pacheco, 2012; Carvalho, 2012; Parolin, 2012).

Nesse contexto, Pagaiame e Melo (2021) também apresentam a necessidade de formar professores para atender a qualquer necessidade educacional. Contudo, relatam que as barreiras de comunicação, arquitetônica, educacionais e atitudinais permanecem presentes, dificultando a inclusão. Para os autores, as questões contraditórias da normalização e da existência de barreiras são evidências da falta de informação que mantém uma cultura de exclusão. Esses fatores se agravam mais ainda na educação superior. Essa situação causa desconforto não apenas para as Pessoas com Deficiência (PcD), mas também para os profissionais de diversas áreas da educação. Mesmo a forma de se referir às PcD tem sido historicamente marcada por diferentes denominações, muitas vezes associadas a sentimentos de “temor, medo, exclusão, eliminação ou [até] admiração” (Pagaiame; Melo, 2021, p. 47).

A restrição da habilidade laboral ou cognitiva é conduzida para uma comparação de barreiras (Guimarães, 2021b). Nessa relação é possível identificar quando uma pessoa não entende um determinado conceito ou pronunciamento de outra e, por sua vez, usa expressões como: “*você é surda?*”. Associando a PcD auditiva a um indivíduo incapaz, legitimando uma violência contra o ser humano. Pagaiame e Melo (2021) acrescentam que essas falas cotidianas são pronunciadas de forma inconsciente, ou por falta de conhecimento contextualizado.

No sistema acadêmico não é incomum observar uma expressão de comparação, e alguns casos de forma pejorativa. Por exemplo, quando uma pessoa conclui uma etapa, torna-se referência e destaque de exemplo de superação. Mas, considerando as palavras de Campebell (2008) “a deficiência, então, é considerada um estado diminuído do ser humano”, assim, quando é uma PcD, que atinge a posição de destaque, não é estranho usar termo comparativo, de forma pejorativa: “*se ela conseguiu, todos são capazes*”. Ainda citando Campbell (2008) e Pagaiame e Melo (2021) ao comparar uma situação, que envolve a PcD, por vezes, se constrói uma narrativa de forma marginalizada.

Neste texto até aqui o precedente faz um questionamento sobre a limitação, que não é da pessoa, mas, possivelmente, do ambiente e como o ambiente educacional, se relaciona e emancipa quanto à limitação, promovida por barreiras sociais. Barreiras essas que tendem a considerar o indivíduo como um “corpo não produtivo”. Dessas deduções preliminares surge a questão: De que forma os alunos de cursos de ensino superior compreendem e identificam o conceito de capacitismo, ou será que este permanece um contexto invisível para eles?

Não se tem, como foco, esgotar nenhum dos assuntos abordados, mas identificar o contexto sobre o capacitismo no ambiente acadêmico.

Desta forma, o trabalho foi estruturado partindo da definição de Pessoa com Deficiência, não no conceito jurídico ou histórico, apesar de ser necessário algumas contextualizações, mas como pessoa com condições promovidas pelas barreiras. Na sequência, abordam-se sobre as manifestações do capacitismo, e exploração dessa relação com as informações coletadas no ambiente acadêmico. E, por fim, concluiu-se, apresentando as deduções adquiridas com esta pesquisa.

2 O que é a pessoa e, o que é a deficiência?

Quando se trata de Pessoas com Deficiência (PcD), o processo de categorização geralmente se baseia em diagnósticos biomédicos que destacam condições ou características físicas, cognitivas, genéticas, históricas ou sociais, em vez de considerar as barreiras socioambientais que afetam essas pessoas.

Essa prática sustenta o capacitismo de forma estrutural e, essa ação, se adentra para o sistema educacional e relaciona-se com a falta de dignidade política e das garantias dos direitos humanos (Guimarães, 2021a; Gesser; Blöck; Mello, 2020), pois, no ambiente de ensino as pessoas em situação de deficiência são mais visíveis, em relação aos demais grupos. Ao se mencionar grupos, se faz necessário destacar que nenhuma forma de “agrupamento”, quando se refere ao ser humano, é uma homogeneidade, mas apenas uma condição que reúne diferentes pessoas (Carvalho, 2012).

Nesse sentido, este texto adota a definição de deficiência, dada por Diniz (2003), que relaciona deficiência com “um conceito amplo e relacional”, na qual descreve que se trata de desvantagem resultante de lesões corporais, mas dentro de um aspecto tido como padrão pela sociedade, ou seja, “restrições de habilidades consideradas comuns às pessoas com mesma idade e sexo em cada sociedade”.

A autora traz, ainda, que a deficiência é um fenômeno sociológico e a lesão, uma expressão biológica. Portanto, neste texto, refuta-se a questão de considerar a PcD pelo mero aspecto biomédico, o que não se distancia da forma adotada na Lei Brasileira, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que trata a PcD de forma semelhante ao citado aqui, em seu artigo segundo.

O termo deficiência, como uma concepção de alteração no corpo, tido como “normal” do ser humano, é uma concepção do século XVIII, considerando a PcD um corpo fora do

padrão. Já o estudo do modelo social da deficiência surge nos anos de 1975 no Reino Unido, consolidando-se na década de 1980 (Diniz, 2007).

Retomando o título desta seção, em que se indaga de forma provocativa e intencional, mesmo não sendo forma coerente para abordar seções em texto científico, mas para nos alertar de que uma pessoa independente da sua condição permanece como pessoa e, a deficiência deve ser considerada como uma barreira do ambiente.

Pedro Gonzáles (2021) dá um exemplo muito didático e explica que a Pessoa com Deficiência possui condições, que se deparam com barreiras e, quando as barreiras são “transbordadas”, a pessoa continua com deficiência, porém, com igual capacidade como qualquer outra. No exemplo, ele cita de forma didática uma expressão matemática: “Condição X Barreira”.

Em uma situação em que a pessoa com dificuldade motora, por exemplo, um cadeirante, precisa usar uma escada, temos uma “Condição” de dificuldade motora, com um valor de 0 a 10, podemos atribuir 10 e a barreira (a escada), 0 a 10, também assume o valor 10. Então, “Condição X Barreiras”, neste caso, tem valor 100. Entretanto, ao substituir por uma rampa, a condição permanecerá, porém, a barreira, deixa de existir, assim o valor atribuído passa a ser zero para barreira, ou seja, “Condição X Barreira”, com a rampa coerente, pode ser expresso por “ $10 \times 0 = 0$ ”. No exemplo instrutivo de Gonzáles (2021), fica claro que a deficiência não está na pessoa, mas no ambiente.

Quadro 1 - Comparativo da Característica da Pessoa relacionado a Barreira

	Condição da pessoa (A)	Barreira arquitetônica (B)	Deficiência da pessoa (A*B)
Cadeirante subindo escada	10	10	100
Cadeirante subindo a rampa	10	0	0

Fonte: adaptado de Gonzáles (2021).

Observação: Quadro com texto organizado em três linhas e quatro colunas, representa graficamente o texto do parágrafo anterior. Última coluna destacada o valor resultante da condição pela barreira física ou arquitetônica.

Assim, respondendo à pergunta do título, desta seção: uma PcD é um ser humano, que continua como pessoa, porém, com uma condição, ou característica; já a deficiência só é observada pela barreira, que pode ser estrategicamente “removida” e a característica deixa de ter efeito social na PcD, ou caráter impeditivo para qualquer ação (Guimarães, 2021b). Não está propondo remover a condição da pessoa, mas saber que sua característica pode ser amenizada ou até excluída, empregando recursos coerentes.

3 Manifestações do capacitismo

Nos estudos sobre as PcD, a linguagem retrata uma violência e uma aceção menos agradável, as quais muitas vezes discriminatórias (Diniz, 2007). As expressões linguísticas, quando se referem a PcD, parecem “despercebidas” e, ao realizar comparações com as ações de indivíduos, que aparentemente não são deficientes, empregam uma semântica de forma pejorativa. Essa relação tende a conceber que uma PcD não é eficiente em relação ao seu corpo. Aqui, adotam-se essas relações dentro do contexto denominado capacitismo.

O termo capacitismo começou a ser utilizado a partir dos anos 1990, uma vez que, as pessoas com deficiência foram e ainda continuam sendo rotuladas e comparadas como uma desvantagem para a Pessoa com Deficiência (Alves, 2018).

Essa expressão traz à tona as formas de opressão, discriminação e preconceito em relação às pessoas com deficiência. Destaca-se que o capacitismo se aproxima, também, dos contextos de racismo, sexismo e homofobia (Pagaiame e Melo, 2021; Campebeel, 2008; Pereira 2008; Mello, 2016).

Neste estudo, o termo capacitismo está sendo abordado no conceito adotado por Diniz, Barbosa e Santos (2009) e Mello (2016), no qual não se pretende esvaziar nenhuma forma de defini-lo, apenas por entender que o sentido dessas publicações “conversam” com este texto. Os autores citados nos ensinam que o capacitismo é o “resultado da cultura da normalidade, em que os impedimentos corporais são alvos de opressão e discriminação” (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, p. 77). Já Mello (2014) acrescenta que capacitismo é a forma de tratamento das pessoas, considerando os corpos incapazes “de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc”. Conceitos esses que até mesmo contrariam o valor jurídico-constitucional do indivíduo não ser discriminado (Montejunas, 2021; Gonzáles, 2021). Nesse sentido, mais voltado para o jurídico, Gesser, Blöck e Mello (2020) trazem que o capacitismo tem relações sobre diferentes sistemas de opressão, violentando os direitos de determinados grupos sociais.

Seja qual for o processo de “enxergar” o capacitismo, pela virtude ética, social ou jurídica, cabem as palavras de Alves (2018), que nos apresenta de forma clara, que toda vez que uma Pessoa com Deficiência é considerada “inapta” ou “incapaz” por causa da sua característica é praticada contra ela uma “violência capacitista”.

Assim, entende-se que o capacitismo traz à tona uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas, tendo como base a semelhança entre seus corpos onde se estabeleceu um padrão, que Mello (2014) designa de corpo da normatividade.

O indivíduo com prática capacitista não considera que as Pessoas com Deficiência podem desenvolver outras habilidades não associadas à sua condição. Outra relação importante é que as Pessoas com Deficiência podem precisar de apoio para realizar suas atividades laborais, mas isso não deve diminuí-las, pois, ninguém é totalmente independente (Mello, 2014; Paigame; Melo, 2021).

Destacam-se duas formas na qual o capacitismo se manifesta em nossa sociedade, umas delas é a discriminação explícita, onde se insulta, menospreza, ridiculariza, não se tem arquitetura adequada e exclui dos ambientes e/ou atividades. A outra forma é a mais presente em nossa sociedade, que é a forma passiva, ela se dá por meio de um discurso que reforça a ideia. Nesse sentido, as Pessoas com Deficiência são consideradas merecedoras de “pena e caridade” e, conseqüentemente, se desconsideram os plenos direitos civis (Pereira, 2008; Paigame; Melo, 2021). Sendo assim, Campebeel (2008) nos alerta que quando um aluno com alguma deficiência, conclui um processo, observa-se o discurso: “*tenha esse aluno com deficiência como exemplo*”, ou, ainda, de forma mais pejorativa “*se ele conseguiu todos devem ser capazes*”, isso é uma forma de expressão capacitista. Pois, no contexto dessas expressões está implícito que todos são melhores que esse aluno.

Pagaime e Melo (2021) nos relatam que atitude capacitista, como a citada acima, é muito recorrente em nossa sociedade. Os elogios às Pessoas com Deficiência, além de destacar a deficiência, reforçam a ideia de que elas não combinam com êxito. Os autores acrescentam as expressões: “*Você é um exemplo de superação, conseguiu mesmo sendo autista*”, “*Apesar de você ser cego, você é muito inteligente*”. Nas expressões mencionadas, evidencia-se a relação que só é sociável e produtiva a pessoa que não tem barreiras. Nesse aspecto, não se emancipa a PcD dentro de um grupo social, mas se relaciona, ou vincula, com “descarte” dessas pessoas (Guimarães, 2021b). No exemplo citado, como início de discussão, se questiona: Qual é a relação entre a visão capacitista e a abordagem de resolver problemas e conflitos para se adaptar ao contexto da razão?

A atitude capacitista muitas vezes é mantida e despercebida para as pessoas que não conhecem o conceito. É comum ouvir e exaltar a expressão advinda do conhecimento popular: “*o trabalho dignifica o homem*”. Essa expressão considera que as pessoas que não trabalham não são dignas, e isso atinge diretamente as pessoas com deficiência que não trabalham por

terem barreiras que a impedem e, esse fato, não deveria torná-las indignas perante a sociedade. Na expressão citada, o capacitismo está relacionado ao sistema produtivo (Guimarães, 2021b).

A presença do capacitismo se destaca em muitas outras falas do cotidiano. Como, por exemplo: “*Não tá vendo isso não? Você é cego?*”; “*Porque você não me responde? Parece que é surdo*”; “*Presta atenção, você está meio autista hoje*”; “*Estudar para se tornar alguém na vida*”; “*Os alunos não aprendem*”. Nessas falas consideram que pessoas sem condição, pela deficiência, não tem capacidade de fazer o certo ou realizar atividades (Pagaiame; Melo, 2021; Guimarães, 2021b).

Outra situação comum é reagir com estranhamento ou surpresa ao saber que a Pessoa com Deficiência tem um relacionamento afetivo e/ou tem filhos. Dessa situação, surgem as expressões capacitistas: “*Acho que ela está com ele por pena*”; “*Como ela consegue cuidar do filho?*”; “*Tenho pena do filho dela.*” ... O senso comum acredita que uma PcD não desperta interesse ou não têm capacidade de cuidar e educar seus filhos, o que é um equívoco (Pereira, 2008).

Retomando os ensinamentos de Santos (2019), os pensamentos arraigados em nossa sociedade, como as expressões citadas, dificultam o processo de inclusão e deterioram, também, o sistema de ensino.

O capacitismo pode ser visto na escolarização desde a educação básica. Alves (2018) e Pagaiame e Melo (2021), além de afirmarem essa questão da educação básica, apontam os gestores do sistema educacional como principais elementos do processo capacitista, por apontarem os fracassos sobre alunos com deficiência.

Pagaiame e Melo (2021), ao relatarem o caso de um aluno com deficiência visual sugere que, desde a educação básica até o ensino superior, esse estudante era lembrado constantemente que: tanto a escola como a universidade não eram para ele, assim como, o mercado de trabalho também não seria, por conta da sua limitação visual. Pois, o “sistema” o considera incapaz de produzir, como as demais pessoas tidas como típicas.

Santos (2019) nos lembra que os transtornos de altas habilidades e/ou superdotação, também, fazem o sujeito sentir as mesmas relações capacitistas que as Pessoas com Deficiência. Nesse caso podem até ser afastados, ou isolados, por “comprometerem” o processo de participação.

É necessário que alunos e professores vivenciem experiências que rompam com formas de pensamento, e de ações que promovam a exclusão, a negação do outro e a invisibilidade de

conhecimentos que não são hegemônicos. Faz-se necessário um pensamento que rompa com o capacitismo (Santos, 2019).

Não são as adaptações nos projetos didáticos que irão romper com a prática capacitista na educação (Andrade, 2015), mas o esclarecimento e ações junto com quem sofre e faz acontecer o capacitismo, em alguns casos, sem perceber ou sem saber.

Atitudes preconceituosas, ou seja, capacitistas contra a pessoa, retratam a falta de compreensão sobre a importância da inclusão e da acessibilidade para as PcD (Pagaime; Melo, 2021).

Guimarães (2021a) apresenta que é possível perceber estudos científicos no cenário nacional brasileiro que “discutem os fundamentos, as políticas e a legislação em torno da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior” (p. 123).

4 A inclusão no ambiente acadêmico

Existe um arcabouço jurídico para estabelecer a inclusão (Motejunas, 2021), como a reserva de vagas para PcD no ensino superior (Brasil, 1999). Entretanto, quando se busca na literatura, é comum encontrar a referência de que “os estudos ainda são muito incipientes” ao considerar as PcD no ensino superior (Reis; Melo, 2020).

Guimarães (2021a; 2021b) destaca que, em relação à reserva de vagas para o ensino superior, são exigidos das PcD uma infinidade de documentos, declarações e atestados que fazem com que a PcD vá a vários lugares para conseguir. E, conforme nos alega Guimarães (2021a e 2021b), que é uma PcD visual e professor universitário, pela sua própria experiência, todos esses documentos têm que ser atualizados, mesmo a deficiência sendo permanente. Guimarães (2021a, p. 125) expõe que a forma burocrática reforça o capacitismo estrutural, o qual “potencializa as barreiras na trajetória das pessoas com deficiência, até naqueles processos destinados à acessibilidade e à inclusão desses sujeitos na educação superior”.

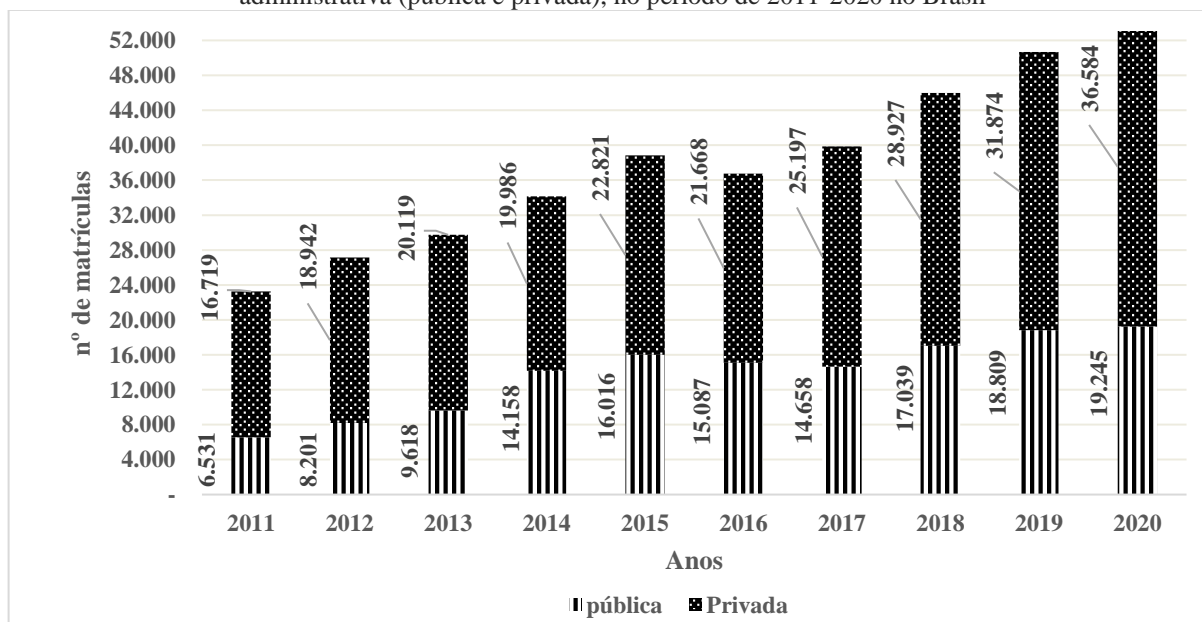
O processo de acesso ao ensino superior, por meio de um exame vestibular, deixa bem claro a padronização do desempenho de candidatos que têm habilidades e competências diferenciadas. O dinamismo da seleção é falho, os direitos das PcD são levados em consideração de forma parcial e superficial. Ainda há falta de acessibilidade nos locais de aplicação de prova, despreparo dos fiscais e profissionais de apoio e carência de tecnologia assistiva para realizar a avaliação (Rocha; Miranda, 2009; Guimarães, 2021a).

Após vencer a barreira do vestibular, os alunos no ato da matrícula informam a deficiência, suas necessidades educativas especiais e até se precisam de recursos de tecnologia assistiva. Porém, nada é feito com essa informação (Guimarães, 2021a; 2021b). Nesse contexto, foi constatado o que já foi mencionado, que a legislação em vigor existe, mas não promove, de fato, a inclusão de forma a favorecer o acesso e a permanência no sistema educacional superior (Almeida; Ferreira, 2018, Montejunas, 2021). Isso confirma que “a matriz universitária mantém-se cativa de modelos de formação em tudo contrárias a uma ideia de inclusão” (Pacheco, 2012, p. 34).

Constatando que aspecto legislativo não é suficiente para suprir a demanda do setor educacional (Reis; Melo, 2020), fazem-se necessárias políticas voltadas para qualificação de professores, além de acompanhamento estudantil, para que se possa assegurar a continuidade dos alunos com deficiência (Rocha, 2009).

É possível perceber que a quantidade de alunos com deficiência nas universidades brasileiras vem aumentando nas diferentes redes de ensino. Na Figura 1 apresenta-se um levantamento histórico das matrículas nas universidades entre 2011 e 2020, só de alunos com deficiência.

Figura 1 – Gráfico das matrículas dos alunos no ensino superior com alguma deficiência por categoria administrativa (pública e privada), no período de 2011-2020 no Brasil



Fonte: INEP, 2020.

Descrição da imagem: Gráfico de barras verticais sobrepostas, na parte inferior o preenchimento da barra com listras verticais, sobreposto pela barra com 80% de preenchimento, em cada etapa o valor representativo. Ao lado esquerdo do gráfico são dispostos os números de matrículas variando de 0 a 52.000, com intervalos variando de quatro em quatro mil. Na parte inferior, valores do eixo representado em anos, variando de 2011 - 2020 e a legenda das cores indicativas na seguinte ordem: barra com parte listrada representa valor das instituições

públicas; barra com parte escura com 80% de preenchimento da cor preta representa o valor das instituições privadas.

Em 2011 eram 23.250 alunos com deficiência matriculados no ensino superior e em 2020 foram 57.849, em que a maioria está presente na rede privada. Porém, considerando o total de matrículas no ensino superior, no ano de 2020, a representatividade de pessoas com deficiência é o valor insignificante de 1,04%, em relação ao total de matrículas de universitários brasileiros.

5 Metodologia

Para encontrar a resposta à questão norteadora deste estudo, utilizou-se da metodologia quantitativa com elementos qualitativos, aplicando um questionário *online* como instrumento de coleta de dados, com questões de múltipla escolha, enviado por grupos de redes sociais e *e-mails* para diferentes coordenações de programas universitários, para obter um alcance mais amplo possível.

O instrumento de coleta iniciava-se com termo de esclarecimento e consentimento para participar da pesquisa *online*. Na sequência foi coletado dados pessoais: formação acadêmica, faixa etária, sexo, região e se era Pessoa com Deficiência (PcD) ou não. Buscou-se identificar: dados da pessoa participante; sobre o capacitismo (se conhece o termo e significado) e atitudes capacitistas por intermédio de expressões (apresentadas na figura 2); e, um campo aberto para o participante se expressar.

A presença de pessoas com deficiência, que representa os dados das matrículas de PcD na universidade (Figura 1), é uma das relações abordadas por um participante da pesquisa, que antecipadamente é apresentado para contextualizar:

Acredito que muitos espaços precisam ainda ser ocupados por pessoas com deficiência e que ainda temos muito o que aprender e mudar quanto ao preconceito e ao fato de não oportunizar situações, empregos. <X033>

O grupo amostral deste estudo teve 174 participantes, onde 90 (51,7%) são alunos de graduação, 40 (23,0%) alunos de pós-graduação, 24 (13,8%) professores e 20 (11,5%) pessoas com graduação, mas que já estão fora do ambiente acadêmico na oportunidade deste estudo. A faixa etária mais representativa está entre 20 e 30 anos. Em relação à formação acadêmica, 59,4% estão fazendo curso de graduação, 14,1% estão cursando doutorado, 7,8% cursando mestrado, os demais cursam pós-graduação *lato sensu*.

6 Análise e discussão dos dados

A pesquisa abrangeu vários estados do Brasil: 92 (53,2%) participantes são do Rio de Janeiro, 54 (31,2%) do Rio Grande do Sul, 10 (5,8%) do Mato Grosso, 5 (2,9%) de São Paulo, 2 (1,2%) de Rondônia, 2 (1,2%) de Santa Catarina, os demais estados, Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Norte tiveram 1 participante cada e, assim, representando todas as regiões brasileiras.

Dos 174 participantes apenas 3 são Pessoas com Deficiência, sendo uma aluna de graduação e uma de pós-graduação nível doutorado, a terceira tem nível superior, porém, no momento da coleta de dados não estava no ambiente acadêmico. Considerando essa informação, já se observa a pouca representatividade, ou inexpressiva (1,14 %), de pessoas com deficiência no ensino superior.

Os três participantes que informaram ser PcD, são do sexo feminino e não conheceram o conceito de capacitismo no ambiente acadêmico. Entre as três, apenas uma declarou não usar nenhuma forma de expressão capacitista, porém, afirmou já ter ouvido as expressões.

Sobre Pessoas com Deficiência no ensino superior: 52,3% dos pesquisados nunca estudaram com Pessoas com Deficiência, 11,5% não se lembram e apenas 36,2% já estudaram com PcD no ensino superior. Relação que indica uma baixa presença de PcD no nível superior por PcD.

Do grupo amostral inicial (174), foram selecionados os participantes que estão, por ocasião do estudo, dentro do sistema acadêmico, totalizando 154 participantes. Cada dado do participante será representado pela letra X, seguido do número sequencial da resposta, inscrito entre os sinais de menor e maior, por exemplo: <X000>.

A maior parte das informações desse público sobre o que é e como ocorre o capacitismo, não foram obtidas na universidade. O universo dos alunos de graduação, pós-graduação e docentes universitários: não sabiam o que é capacitismo, 4%, 20% e 13%; conheceram em rede social, 39%, 25% e 33%, ouviu em eventos 2%, 5% e 0%, respectivamente.

Na média geral desse grupo: 10% não sabia ou nunca ouviu falar; 25% não tem certeza sobre o assunto; 3% ouviu em eventos; 34% em rede social; 9% na internet; 7% por intermédio de outras pessoas; e apenas 12% aprendeu em aula.

Ao responderem sobre o significado do capacitismo, destacam-se as respostas entre os pesquisados que estão no ambiente acadêmico, por ocasião da pesquisa, 77% marcaram que

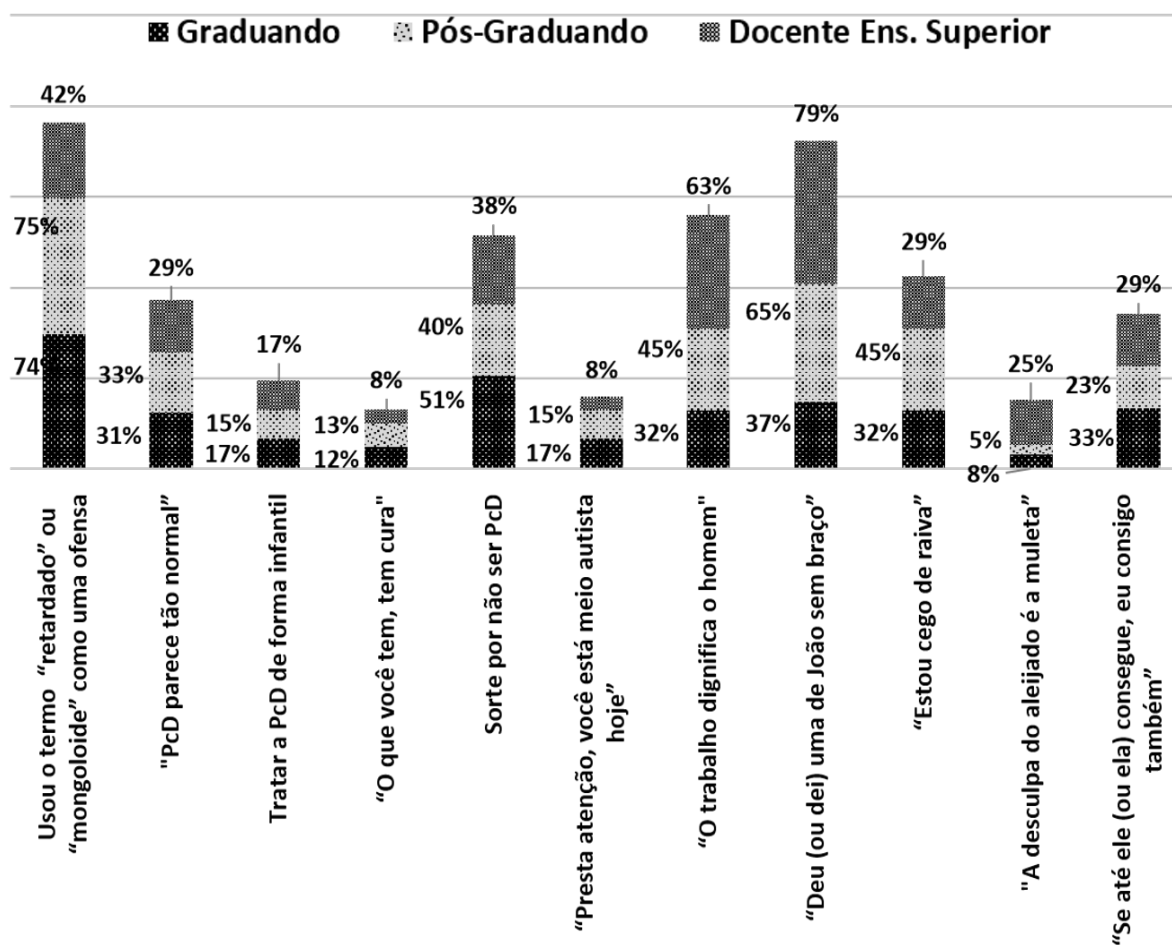
capacitismo é “desvalorizar uma pessoa por conta de uma condição física ou social, no sistema produtivo”, equivocadamente, 11% acham que é “inclusão de pessoas com deficiência”, 8% atribui ao “acolhimento à pessoa com deficiência” e 5% acreditam que o capacitismo é a “valorização da pessoa com deficiência através de palavras motivacionais”.

Em relação às atitudes capacitistas, 66% acreditam que ter expectativa que a pessoa com deficiência fracasse é uma atitude capacitista, já 25% acham que é oportunizar e ter empatia com a capacidade do outro e 9% acham que é tratar todos da mesma forma.

Nessas duas questões observa-se que 23% dos pesquisados expressam falta de conhecimento do contexto e 34% não compreendem a prática capacitista.

Na figura 2 estão relacionadas as frases capacitistas usadas nesta pesquisa e o emprego dessas expressões no cotidiano dos participantes. O gráfico foi organizado nos três grupos: alunos de graduação; de pós-graduação; e docentes que atuam no ensino superior.

Figura 2 – Gráfico das respostas coletadas em relação às expressões capacitistas, representado em percentuais dos participantes.



Fonte: autores, com base nos dados da pesquisa.

Descrição da imagem: No topo e no centro da figura a legenda: Graduando com cor escura em 80% de pigmentação; Pós-Graduando com cor clara em 20% de pigmentação; e Docentes do Ensino Superior com cor média em 50% de pigmentação. Abaixo da legenda está o gráfico de barras verticais sobrepostas, exibidas visualmente do centro da imagem para cima, agrupadas em três tipos de textura padrão, com valores em percentuais exibidos considerando a disposição de cada barra: na base valores representativos dos graduandos em cor escura (80% de pigmentação) e rótulo percentual a esquerda; ao centro valores dos pós-graduandos com coloração mais clara (20% de pigmentação) com rótulo percentual na esquerda; na parte superior valores representativos dos docentes universitários com coloração média (50% de pigmentação) e rótulo percentual acima da barra. Do centro da figura para a parte inferior do gráfico são dispostos os rótulos dos agrupamentos: “Usou o termo “retardado” ou “mongoloide” como uma ofensa”; “PcD parece tão normal”; Tratar a PcD de forma infantil”; “O que você tem, tem cura”; Sorte por não ser PcD”; “Presta atenção, você está meio autista hoje”; “O trabalho dignifica o homem”; “Deu (ou dei) uma de João sem braço”; “Estou cego de raiva”; “A desculpa do aleijado é a muleta”; “Se até ele (ou ela) consegue, eu consigo também”.

Todas as expressões apresentadas no estudo, em algum momento foram percebidas pelos participantes, destacando-se as expressões “João sem braço”, “o trabalho dignifica o homem”, “sorte por não ser uma pessoa com deficiência” e chamar o outro de “retardado ou mongoloide” de forma ofensiva. Formas de comunicação linguística que desvalorizam a pessoa em relação à sua capacidade laboral. Ou seja, os termos com maior destaque nesse grupo amostral são os que definem que ser humano precisa ser ou estar dentro de uma padronização para ter um corpo produtivo. Bem como, observa-se, também, que no grupo amostral reduzido aos docentes tem alguns termos mais evidentes: “a desculpa do aleijado é a muleta”, “João sem braço” e o “trabalho dignifica o homem”, denotando o valor do corpo perfeito. Já o emprego do termo pejorativo contra a pessoa, definindo o outro como “retardado ou mongoloide” também se destacou, porém, pelos alunos de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, identifica-se que os docentes possuem uma aceção ética, evitando o emprego ofensivo à pessoa, o que não ocorre entre os alunos. Tal relação, também, é explicitada na fala do participante <X010>, que mostra o quanto as pessoas com deficiência ainda precisam lidar com o capacitismo: “Eu não uso esses termos, mas já ouvi muito por ser autista.”

Denota-se que expressões capacitistas ocorrem sim, no ambiente acadêmico. E, até mesmo praticadas por PcD, apesar da pequena representação neste grupo, que forneceu dados para o estudo. Correndo o risco de tornar o texto repetitivo, contudo, afirmado de maneira intencional, que as informações coletadas indicam uma necessidade de repensar a forma de divulgar, expressar e dar “voz” no ambiente acadêmico sobre o capacitismo e, principalmente, o anticapacitismo.

Através dos resultados percebe-se que parte da população amostral não identifica o conceito de capacitismo e com isso não se opõe, mas pode vir a praticar. Apesar da maioria parecer compreender o conceito, mas não de forma contundente, que possa ter uma expressão.

Assim, não se pode afirmar que é um assunto invisível, mas não é um contexto que aparentemente foi delineado dentro da formação acadêmica.

Para concluir essa seção, faz-se necessário reafirmar que deve ser divulgado e disseminado o anticapacitismo no meio acadêmico. Pois o simples fato de participar desta pesquisa proporcionou um “alerta” para os que responderam ao questionário. Destacam-se, aqui, alguns recortes das “falas” dos participantes:

Já fui muito capacitista na minha vida e já vi muito capacitista. Nos últimos anos tenho começado a seguir muitos criadores de conteúdo com deficiência e tenho aprendido demais sobre termos que não são usados ou são ofensivos e como somos capacitistas sem perceber no dia. <X001>

Muitas vezes utilizamos frases e expressões racistas e capacitistas sem saber que são, pois é algo que está, de certa maneira, enraizado na sociedade. É muito importante adquirir esse conhecimento para evitarmos usar essas frases e certas palavras <X051>

O preconceito está até em gestos cotidianos que nunca paramos para pensar em como são ofensivos. É importante estar em constante desconstrução para melhorar nesse aspecto. <X103>

Na imagem do segundo gráfico é possível ver uma parcela do grupo amostral com práticas capacitistas. Não se pode generalizar que todos praticam, mas também, deve-se considerar que algumas informações pareciam não ter contexto ofensivo, como é alertado nos depoimentos de <X051> e <X103> e outros como: <X008> “questionário é absurdamente necessário [...]”; <X024> “falamos [...] sem ter noção do efeito [...]”; <X101> “Sinto-me mal por saber que fiz parte disso [...]”; <X136> “[...]ouvimos constantemente e que não alertamos [...]”. Contudo, o simples fato de responder ao questionário, alertou aos participantes para a questão do capacitismo.

7 Considerações finais

Neste estudo concorda-se com Diniz (2007) quando ela desconsidera que a Pessoa com Deficiência é um ser humano anormal, mas não se ignora as barreiras de diferentes formas e origens. Faz-se necessário desenvolver estudos sobre qualquer forma de inclusão de pessoas, mas considerando os “enfrentamentos” das questões históricas bem como a hegemonia biomédica.

É necessário, também, compreender que os direitos humanos são das pessoas e não do Estado ou de qualquer organismo governamental, ou não. Esses órgãos devem gerar

mecanismos para garantir o que é o direito do ser humano. E para garantir os direitos no ensino não é só propor um novo currículo, como trouxe José Pacheco e Boaventura de Souza Santos, mas desenhar novas políticas voltadas para os movimentos de emancipação contra o capacitismo, bem como outros movimentos contra a discriminação do ser humano, e, principalmente na formação do docente.

Não cabe “olhar” o que parece comum, muito menos o que parece ser diferente, mas conceber o cada que compõe um todo. Não é a base genética ou histórica que define um caráter da pessoa, mas sua capacidade de se emancipar frente às informações, na qual destacou-se nesta pesquisa o ensino no ambiente acadêmico.

Por isso, é necessário desestabilizar as culturas, agindo em nível das práticas didáticas e não “acatar” que uma única proposta de ensino seja formulada para todos, pois, as pessoas são irrepetíveis.

Fica evidenciado que algumas expressões não eram compreendidas como capacitistas, no ambiente acadêmico, apesar destes termos serem capacitistas, como por exemplo: “*João sem braço*”, considerando a necessidade de um corpo perfeito, dentro dos padrões designados pela sociedade hegemônica. Essas atitudes ocorrem pelo desconhecimento, o que mais uma vez ressalta a necessidade de repensar o ensino, principalmente a formação acadêmica. O fato do capacitismo não ser amplamente divulgado, conforme se interpreta nos dados analisados deste estudo, considera-se que pode estar na “falha” do sistema acadêmico, pois, na seção anterior essa relação fica esclarecida com dados numéricos e ainda de alegações dos participantes que representaram 13 estados brasileiros. Onde ficou evidente que apenas 3% dos participantes ouviram em eventos e 12% em aula. Um valor pouco expressivo, considerando a relevância do contexto. É necessário ampliar no ambiente acadêmico, conceitos de movimentos de luta pela dignidade humana, como o anticapacitismo para que não se torne realmente invisível.

Outra questão identificada é que processos simples, como uma pesquisa, podem promover o anticapacitismo. Essa atividade pode ser inserida no ambiente acadêmico com palestras e debates sobre o assunto, mesmo que de forma pontual, mas deve ocorrer em cada semestre letivo. Por fim, alerta-se também, para a necessidade dialógica no ambiente de formação acadêmica. Pois, um plano ou programa, por mais amplo ou incisivo, não vai desenvolver uma cultura inclusiva e emancipatória. Ao contrário de uma atitude dialógica, uma abordagem meramente administrativa, com políticas que não se atualizam pelo diálogo, já é uma ação sem energia, dada ao fracasso.

AGRADECIMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Também somos gratos aos participantes da pesquisa que aceitaram, de forma anônima, contribuir neste estudo e a oportunidade para revisitarmos os textos aqui utilizados.

Referências

ALMEIDA, José Guilherme de Andrade; FERREIRA, Eliana Lucia. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: [...]. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. SPE, p. 67-75, 2018.

ALVES, Ana Carolina F. L. **Todas as crianças são especiais, discussão sobre educação inclusiva:** [...]. Monografia (Bacharel em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep, 2020). **Censo da Educação Superior:** Microdados – 2011-2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 26 nov. de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF: DOU, 7 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília, DF: DOU, 21 dez. 1999.

CAMPBELL, F.K. Refusing Able(ness): A Preliminary Conversation about Ableism. **M/C Journal**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5204/mcj.46>.

CARVALHO, Rosita Edler. A escola inclusiva como a que remove barreiras para aprendizagem e para a participação de todos. In: GOMES, Márcio. (Org.), 2 ed. **Construindo as trilhas para a inclusão.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2012. p. 36-50.

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis:** Letras Livres, Brasília, v. 28, p. 1-8, jul. 2003.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **Sur:** Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (Org.). **Estudos da deficiência:** anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-36.

GONZÁLEZ, Pedro. **Direitos Humanos, Trabalho e Pessoas com Deficiência**. Mediação de GUIMARÃES, Décio Nascimento. Realização do PGCL/UENF. Campos dos Goytacazes (RJ): YouTube, 2021. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QHHS0BIPH-s>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GUIMARÃES, Décio Nascimento. Educação Superior sob múltiplos olhares: por uma visão emancipatória. In: MELO, Francisco Ricardo Lins V.; GUERRA, Érica Simony F. M.; FURTADO, Margareth Maciel F. D. (Org.). **Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas**. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021a. p. 122-132.

GUIMARÃES, Décio Nascimento. **Educação Trabalho e Tecnologia**: do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem. UENF, 11 ago. - 06 dez. 2021b. Notas de Aula. Ensino remoto.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do comitê de ética em pesquisa da ufsc. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>.

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MOTEJUNA, Bruno de Carvalho. **Direitos Humanos, Trabalho e Pessoas com Deficiência**. Mediação de GUIMARÃES, Décio N. Realização do PGCL/UENF. Campos dos Goytacazes (RJ): YouTube, 2021. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ok7WZGqYwW4&t=2336s>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PACHECO, José. Berço da desigualdade. In: GOMES, Márcio. (Org.), 2 ed. **Construindo as trilhas para a inclusão**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012. p. 23-35.

PAGAIME, Adriana; MELO, Douglas Christian Ferrari de. Vamos falar de capacitismo na escola? In: DRAGO, Rogério; ARAÚJO, Michell P. Mendes; DIAS, Israel Rocha (org.). **Inclusão de pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento em espaços tempos educativos**: reflexões e possibilidades. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021. Cap. 3. p. 42-57.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. Aprender e ensinar - Família na escola: uma inclusão necessária. In: GOMES, Márcio. (Org.), 2 ed. **Construindo as trilhas para a inclusão**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012. Cap. 13 p. 287-295.

PEREIRA, Ana Maria Baila Albergaria. **Deficiência, Doença Crônica e Invisibilidade numa Sociedade Capacitista**. 2008. 255 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado e Doutorado "Pós-Colonialismos e Cidadania Global", Faculdade de Economia / Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

REIS, Larissa Fernanda Santos Oliveira dos; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. O acesso da pessoa com deficiência ao Ensino Superior: estado da arte sobre reserva de vagas. **Casos e Consultoria**, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, dez. 2020.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T.G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Educação Especial**. v.22, n.34, p. 197-212, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon Picoretti. **Construção de ecologias de saberes e práticas**: diálogos com Boaventura de Sousa Santos. Campos dos Goytacazes (RJ): Brasil Multicultural, 2019. p. 16-37.